

BOLETIM LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Audiências Públicas LDO

Casa Civil, Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida e Previ-Rio



LEIA NESTA EDIÇÃO:

Prefeitura pode arrecadar
até R\$ 600 milhões com
legalização de construções
págs. 5 e 6



LDO: Casa Civil apresenta propostas orçamentárias para 2021

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira realizou audiência pública, nesta segunda-feira (25), para conhecer metas e prioridades da Secretaria Municipal da Casa Civil (CVL), da Subsecretaria Municipal de Esportes e Lazer e do Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro (Previ-Rio). Os representantes da pasta alertaram para os impactos no orçamento provocados pela pandemia e criticaram a ausência de repasse de recursos da Caixa Econômica Federal para o Porto Maravilha. As propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021 estão presentes no [Projeto de Lei nº 1.784/2020](#).



O diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região (Cdurp), Cesar Augusto Barbiero, alerta que a Caixa Econômica Federal vem reiteradamente, desde 2014, declarando iliquidez e deixando de aportar capital para o Porto Maravilha. “Estamos muito atrasados. Não sobra outra alternativa senão buscar na justiça aquilo que o banco prometeu aportar. Tentamos fazer uma proposta para a Caixa pagar por alguns meses a manutenção dos túneis na ordem de R\$ 2 milhões, mas nem isso aceitaram. Se nada acontecer, ou a Prefeitura assume no início de junho os custos, ou fecharemos os túneis”, afirmou.



O secretário-chefe da CVL, Ailton Cardoso da Silva, destacou o tamanho da pasta e a quantidade de subsecretarias e órgãos vinculados, que incluem direitos humanos, legado olímpico, bem-estar animal, transparência, entre outros temas. Ailton afirma que o revés econômico causado pelo coronavírus certamente impactará no orçamento da pasta.

A presidente da Comissão, vereadora [Rosa Fernandes](#) (PSC), cobrou o cumprimento da meta de ampliar o atendimento virtual ao cidadão, essencial devido à pandemia. O secretário Ailton afirma que todas as previsões podem ser revistas para se adequarem ao impacto econômico e destaca que a pasta já havia realizado uma redução de gastos em anos anteriores. Ailton prometeu apresentar um novo planejamento mais técnico e apurado no futuro.

A parlamentar perguntou se haveria economia de recursos com a suspensão de atividades na subsecretaria de Esporte e Lazer. De acordo com subsecretário Michel Lima, o orçamento da pasta já estava sofrendo um contingenciamento significativo e as rubricas são muito pequenas para efetuar cortes. As atividades que envolvem contato foram suspensas, mas cada equipamento esportivo está disponibilizando gratuitamente nas redes sociais atividades para os alunos.

O vereador [Rafael Aloisio Freitas](#) (CIDADANIA) perguntou sobre o planejamento do município para a reabertura da economia. De acordo com Alexandre Cardeman, chefe executivo do Centro de Operações Rio (COR), um gabinete científico da Prefeitura está monitorando a ocupação de leitos e os níveis de isolamento social. Alexandre afirma que o retorno à normalidade será realizado gradativamente e considerando as informações e melhores práticas observadas em outros países.

O presidente do Previ-Rio, Virgínio Vieira Oliveira, afirmou durante a audiência que está estudando a melhor forma de aumentar a liquidez do Funprevi. Mas, até o presente momento, ainda não há data prevista para a apresentação de informações sobre propostas de reequilíbrio da autarquia responsável por administrar a previdência dos servidores municipais.



LDO: Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida repetirá metas para 2021

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira realizou audiência pública na segunda-feira (25) para conhecer as propostas para a LDO da Secretaria Municipal de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida (SEMESQVE), que planeja manter em 2021 as mesmas metas

previstas para 2020. As propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021 estão presentes no [Projeto de Lei nº 1.784/2020](#).

A presidente da Comissão, vereadora [Rosa Fernandes](#) (PSC), cobrou informações sobre os critérios para a distribuição de cestas básicas. A parlamentar afirma que a Prefeitura está fragmentada, sem controle ou garantia de que um indivíduo possa estar sendo atendido ao mesmo tempo por mais de um programa, enquanto outros estão desassistidos.

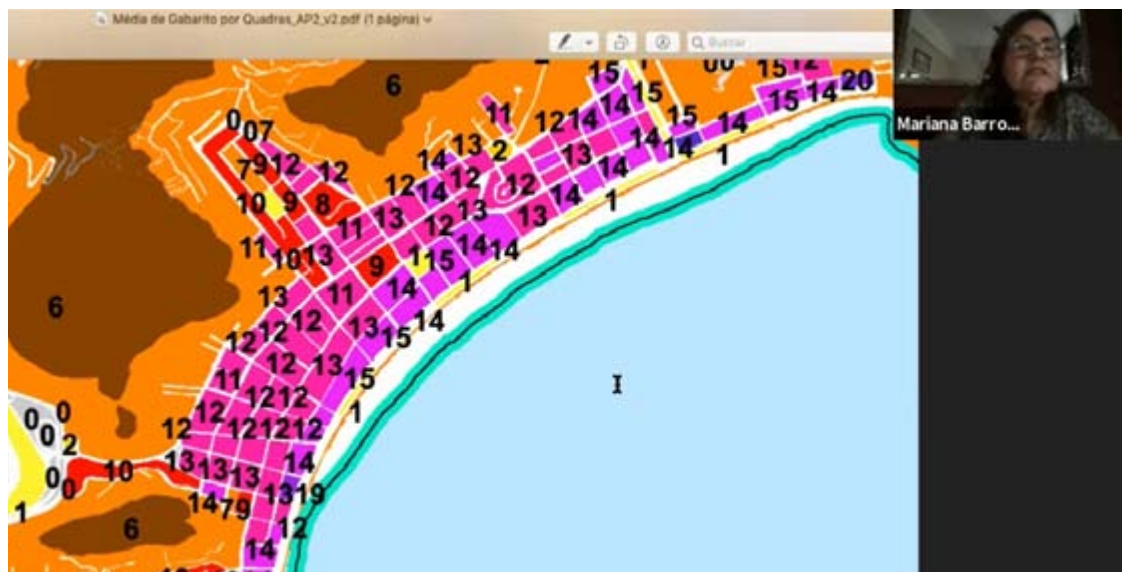
O vereador [Tarcísio Motta](#) (PSOL) também criticou a ausência de uma política estrutural da Prefeitura que olhe a cidade como um todo e considerou tímida a meta de manter em 220 o número de idosos no programa de transferência de renda “Idoso Carioca”.

O subsecretário Thiago Almeida da Silva informou que a pasta está distribuindo 2,7 mil cestas básicas. A identificação dos beneficiados é realizada por coordenadores e supervisores que monitoram os idosos e passam para a demanda para a equipe técnica da Secretaria.

Já o vereador [Fernando William](#) (PDT) afirma que a tendência de aumento no percentual de idosos na população demanda um planejamento da Prefeitura, mesmo que no momento ainda não exista recursos para implementação. De acordo com o vereador, é necessário saber quantos idosos estão abaixo da linha da miséria ou precisam de apoio do governo. “Precisamos de um plano de ação para os idosos na cidade”, afirmou. O subsecretário Thiago Almeida da Silva informou que a Prefeitura pretende apresentar um Plano Municipal para a Pessoa Idosa após finalizar um trabalho de mapeamento da situação dos idosos na cidade.



Prefeitura pode arrecadar até R\$ 600 milhões com legalização de construções



A Comissão de Assuntos Urbanos da Câmara Municipal do Rio de Janeiro realizou audiência pública, na tarde desta segunda-feira (25), para debater o [Projeto de Lei Complementar nº 174/2020](#), que dispõe sobre incentivos para licenciamento e legalização de construções e acréscimos nas edificações. O projeto do Poder Executivo tem o objetivo de aumentar a arrecadação, para fazer frente ao desafio do novo coronavírus.

A secretária municipal de Urbanismo, Fernanda Tejada, afirmou que o pagamento da contrapartida pode variar de R\$ 300 milhões a R\$ 600 milhões. “O problema real é arrecadar para a cidade não parar. E a construção civil é um motor para a retomada econômica e para a geração de empregos. Tanto a construção pública como a privada”, defendeu. A proposta busca a legalização do que já existe e a permissão para novas construções. “Há 17 hotéis parados na cidade que teriam condição de obter habite-se. Se não lançarmos mão de nenhum artifício, não conseguiremos progredir”, disse.

Para a coordenadora de planejamento da pasta, Mariana Barroso, a proposta vai impactar mais a Zona Sul, que teve crescimento significativo. Para ela, os instrumentos que estão em vigor não são tão efetivos para legalizar as áreas consolidadas, onde já teve maior investimento público e a infraestrutura é mais bem estabelecida.

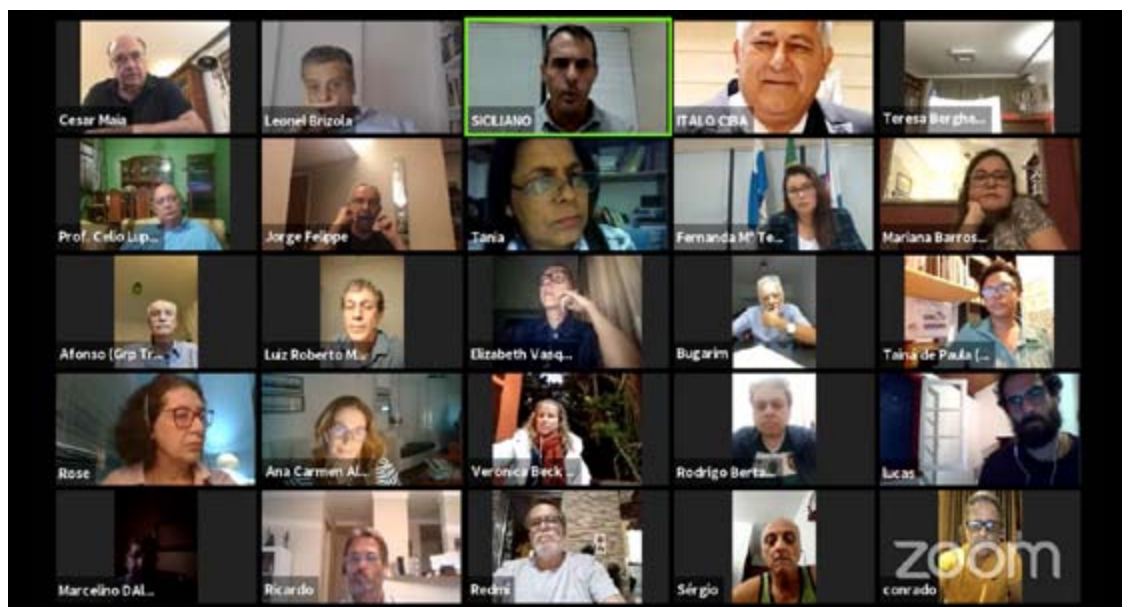
Entretanto, para alguns parlamentares e entidades de classe, o projeto desrespeita o planejamento urbano, o Plano Diretor, o Estatuto das Cidades e a Lei Orgânica Municipal. Tainá de Paula, do Instituto dos Arquitetos

do Brasil, afirmou que o conteúdo do projeto é contraditório aos padrões contemporâneos e criticou a falta de discussão com a sociedade civil. Tarsila Fidalgo, do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, destacou que há risco de perda de controle do espaço urbano pelo poder público a cada regularização de construção feita ao arrepio da lei, acrescentando que “a justificativa arrecadatória é absolutamente indevida, haja vista os custos que ocorrerão com a manutenção da estrutura física da cidade”.

[Tarcísio Motta](#) (PSOL), [Leonel Brizola](#) (PSOL), [Reimont](#) (PT) e [Renato Cinco](#) (PSOL) criticaram o uso da pandemia para promover alterações urbanísticas, sem a devida discussão com a sociedade. [Átila A. Nunes](#) (DEM) questionou o rito da aprovação da matéria, que, por não ouvir certos setores, pode ser questionado judicialmente. [Fernando William](#) (PDT) exigiu dados mais conclusivos sobre expectativa de arrecadação e [Tânia Bastos](#) (REPUBLICANOS) mostrou-se preocupada com os impactos do projeto na Ilha do Governador.

Já [Dr. Jairinho](#) (SD), [Marcelo Arar](#) (PTB), [Thiago K. Ribeiro](#) (DEM), [Rafael Aloisio Freitas](#) (CIDADANIA) e [Willian Coelho](#) (DC) defenderam o projeto, ressaltando os benefícios para a geração de empregos, aumento de arrecadação, diminuição da informalidade e atualização da legislação urbanística.

Participaram da audiência representantes da Procuradoria do Município do Rio de Janeiro, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, do Grupo de Trabalho dos Arquitetos do Mercado Imobiliário, da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário, de associações de moradores e da Cítè Arquitetura.





profceliolupparelli

♡ 💬 📌 - 25 de maio

Em um país que pouco valoriza seus cientistas, hoje, comemoramos os 120 anos dessa nobre instituição que presta um serviço de qualidade e excelência e apoio à saúde da população. A Fiocruz [+]

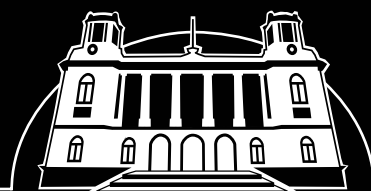


Marcelo Arar

👍 💬 📌 - 25 de maio

SOS CRIANÇAS DESAPARECIDAS!
O dia 25 de maio é o Dia Internacional das Crianças Desaparecidas. Sou autor da Lei 5.967/2014 [+]





BOLETIM LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Boletim Legislativo:

Publicação da Assessoria
de Comunicação Social da
Câmara Municipal do Rio
de Janeiro

Jornalista Responsável:

Anette Silva
788/DRT - PA

Assessora de Imprensa:

Elza Calazans

Editor:

Flavio Oliveira

Jornalistas:

Alexandre Fernandes
Claudia Costa

Mariana Mazza

Michele Victer

Verônica Mondarto

Arte e Fotografia:

Adriana Andrade

Antonio Molisani

Eduardo Barreto

Flávio Marroso

Renan Olaz

Diagramação:

Adriano Souza

João Guimarães

Leandro Müller Lima

Estagiários:

Ana Luiza Abreu

Júlia Maia

Rachel Mattos

www.camara.rj.gov.br

